

Liberdade nas escolas



Paulo Marcelo
Jurista

A educação é o lugar – comum dos preconceitos ideológicos. Como se viu esta semana a propósito do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Governo. A pobreza do nosso debate público reduziu o tema a um maniqueísmo esquerda-direita, público-privado, mas está muito mais em causa do que estas

trincheiras ideológicas.

Deixem-me voltar um pouco atrás. Vários estudos mostram, a par das desigualdades, uma imobilidade social crescente no nosso País. O sistema educativo não só pouco contribui para reduzir as desigualdades como, por vezes, tende a reproduzi-las de geração em geração. Apesar das melhorias significativas, o sistema massificou-se mas não se democratizou. Os números mostram que a escola dita “inclusiva” não tem permitido aos alunos de famílias mais carenciadas “subir na vida”. Percebe-se porque: ao nivelar por baixo, exigindo cada vez menos, a escola limita-se a reproduzir o contexto social e cultural dos alunos que a compõem.

Ao contrário da ilusão socialista, o actual sistema não promove uma real igualdade de oportunidades. A estratificação social começa nas salas de aula. Os mais pobres têm menos acesso a livros, viagens e explicadores; vivem num ambiente familiar que dificilmente compensa as “complacências” de uma escola laxista. A massificação da escola pública leva

que esta funcione, cada vez menos, como um “elevador social”.

O primeiro passo para combater este ciclo vicioso é reconhecer o estado lamentável da nossa educação, apesar de ser o sector com maior crescimento do orçamento público. Mais do que falta de dinheiro, na origem dos problemas está um sistema centralizado e desadaptado das populações que deveria servir.

Sejam públicas ou privadas, as escolas estão melhor equipadas (ainda bem), mas devem agora poder equipar-se com um projecto educativo próprio, escolhido e assumido por toda a comunidade educativa, permitindo a lei que os pais escolham o projecto que consideram melhor para os seus filhos.

Uma coisa é certa: não há liberdade enquanto persistirem os actuais entraves económicos que empurram as classes médias, involuntariamente, para o ensino público, tornando as escolas privadas quase um privilégio de meninos ricos. Vai bem, por isso, o legislador ao permitir apoios directos a famílias carenciadas que queiram escolher um colégio privado.

As reacções dos sindicatos comunistas foram violentas. Mas pergunto: estará a Fenprof a defender a escola pública ou os professores da escola pública? Se acreditam que o Estado faz melhor porque têm medo da escolha das famílias? Faz lembrar aqueles ditadores que temiam o direito de voto com o argumento de que poderia ser mal usado.

É tentação recorrente de todos os autoritarismos, sejam de esquerda ou direita, querer impor a sua visão do mundo. Eis o sonho do estado totalitário: ser o grande educador do povo, formatar as cabeças dos nossos filhos. Se nós deixarmos.■

paulo-marcelo@outlook.com



Paulo Marcelo

Liberdade nas escolas

Estará a Fenprof a defender a escola pública ou os professores da escola pública? Se acreditam que o Estado faz melhor porque têm medo da escolha das famílias? ➔ **P21**